



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: Aquisição de bombas submersas e acessórios para atender a necessidade do município de Cachoeira dos Índios.

1.2.A contratação do fornecimento, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Para a contratação:

2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – Aquisição de bombas submersas para atender a necessidade e otimizar processos de drenagem, irrigação agrícola eficiente ou gestão de águas subterrâneas para garantir o abastecimento de água adequado em toda área do município. Essas bombas oferecem soluções eficazes para diversas aplicações, promovendo a eficiência na manipulação e controle de recursos hídricos.Considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.Para a estimativa de quantitativos:

2.2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do consumo e utilização prováveis foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

2.3.Para a decisão de permitir adesões:

2.3.1.Serão permitidas adesões a respectiva Ata de Registro de Preços por qualquer órgão ou entidade da administração pública não participante do correspondente certame, atendidos os requisitos do instrumento convocatório, mediante a anuência do órgão gerenciador.

2.3.2.A decisão de admitir adesões, respaldada no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; é motivada pela real perspectiva de obtenção de propostas muito mais vantajosas para a administração, em decorrência da economia de escala obtida pela previsão da permissão de adesões no instrumento convocatório e, principalmente, pelo aumento do caráter competitivo do certame haja vista que o número de licitantes, como já observado em procedimentos anteriores, é diretamente proporcional ao volume estimado da contratação, ou seja, quanto maior o valor previsto da licitação, maior tende a ser o número de interessados. Salienta-se, inclusive, que não é vislumbrado qualquer prejuízo em decorrência da simples previsão da permissão de adesões no certame uma vez que, não sendo observada a vantagem na proporção estimada, o procedimento de adesão nos termos da norma vigente possui caráter facultativo e condicionado a necessária anuência do órgão gerenciador. No mesmo contexto, se forem observadas propostas notadamente vantajosas fica aberta a possibilidade de outros órgãos ou entidades da própria administração, quando na condição de órgão não participante, fazerem a adesão a correspondente ata.

3.0.DA COMPRA

3.1.As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Bombeador para motor 0,5cv 97mm Bombeador para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, rotores e difusores em policarbonato, corpo de válvula e corpo de sucção em noryl com fibra de vidro, vazão nominal em 3,0 m³/h e contendo 07 estágios para ser utilizado em motor com diâmetro 97mm e potência igual a 0,5cv	UND	10
2	Bombeador para motor 1,0cv 97mm Bombeador para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, rotores e difusores em policarbonato, corpo de válvula e corpo de sucção em noryl com fibra de vidro, vazão nominal em 3,0 m³/h e contendo 10 estágios para ser utilizado em motor com diâmetro 97mm e potência igual a 1,0cv	UND	10
3	Bombeador para motor 1,5cv 97mm Bombeador para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, rotores e difusores em policarbonato, corpo de válvula e corpo de sucção em noryl com fibra de vidro, vazão nominal em 5,0 m³/h e contendo 10 estágios para ser utilizado em motor com diâmetro 97mm e potência igual a 1,5cv	UND	5
4	Bombeador para motor 2,0cv 97mm Bombeador para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, rotores e difusores em policarbonato, corpo de válvula e corpo de sucção em noryl com fibra de vidro, vazão nominal em 5,0 m³/h e contendo 13 estágios para ser utilizado em motor com diâmetro 97mm e potência igual a 2,0cv	UND	5
5	Motor para motobomba submersa 0,5cv 97mm Motor para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, refrigerado a óleo, rebobinável, vedação com selo mecânico. Potência de 0,5cv e tensão monofásica 220V 60Hz. Alimentação 3 fios. Padrão NEMA.	UND	10
6	Motor para motobomba submersa 1,0cv 97mm Motor para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, refrigerado a óleo, rebobinável, vedação com selo mecânico. Potência de 1,0cv e tensão monofásica 220V 60Hz. Alimentação 3 fios. Padrão NEMA.	UND	10
7	Motor para motobomba submersa 1,5cv 97mm Motor para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, refrigerado a óleo, rebobinável, vedação com selo mecânico. Potência de 1,5cv e tensão monofásica 220V 60Hz. Alimentação 3 fios. Padrão NEMA.	UND	5

8	Motor para motobomba submersa 2,0cv 97mm Motor para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, refrigerado a óleo, rebobinável, vedação com selo mecânico. Potência de 2,0cv e tensão monofásica 220V 60Hz. Alimentação 3 fios. Padrão NEMA.	UND	5
9	Motobomba submersa potência 0,5cv 220V diâmetro de 97mm Motobomba submersa sendo composta por bombeador para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, rotores e difusores em policarbonato, corpo de válvula e corpo de sucção em noryl com fibra de vidro, vazão nominal em 3,0 m³/h e contendo 07 estágios para ser utilizado em motor com diâmetro 97mm e potência igual a 0,5cv. Motor para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, refrigerado a óleo, rebobinável, vedação com selo mecânico. Potência de 0,5cv e tensão monofásica 220V 60Hz. Alimentação 3 fios. Padrão NEMA.	UND	20
10	Motobomba submersa potência 1,0cv 220V diâmetro de 97mm Motobomba submersa sendo composta por bombeador para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, rotores e difusores em policarbonato, corpo de válvula e corpo de sucção em noryl com fibra de vidro, vazão nominal em 3,0 m³/h e contendo 10 estágios para ser utilizado em motor com diâmetro 97mm e potência igual a 1,0cv. Motor para motobombas submersas diâmetro 97mm com corpo e eixo em aço inox, refrigerado a óleo, rebobinável, vedação com selo mecânico. Potência de 1,0cv e tensão monofásica 220V 60Hz. Alimentação 3 fios. Padrão NEMA.	UND	10
11	Motobomba submersa potência 0,5cv 220V diâmetro de 78mm Motobomba submersa sendo composta por bombeador para motobombas submersas diâmetro 78mm com corpo e eixo em aço inox 304, rotores e difusores em poliacetil, corpo de válvula e corpo de sucção em bronze, vazão nominal em 2,0 m³/h e contendo 09 estágios para ser utilizado em motor com diâmetro 78mm e potência igual a 0,5cv. Motor para motobombas submersas diâmetro 78mm com corpo e eixo em aço inox, refrigerado a óleo, rebobinável, vedação com selo mecânico duplo. Potência de 0,5cv e tensão monofásica 220V 60Hz. Alimentação 3 fios. Padrão NEMA.	UND	60
12	Motobomba submersa potência 0,75cv 220V diâmetro de 78mm Motobomba submersa sendo composta por bombeador para motobombas submersas diâmetro 78mm com corpo e eixo em aço inox, rotores em poliacetil e difusores em policarbonato, corpo de válvula e corpo de sucção em bronze, vazão nominal em 3,0 m³/h e contendo 13 estágios para ser utilizado em motor com diâmetro 78mm e potência igual a 0,75cv. Motor para motobombas submersas diâmetro 78mm com corpo e eixo em aço inox, refrigerado a óleo, rebobinável, vedação com selo mecânico. Potência de 0,75cv e tensão monofásica 220V 60Hz. Alimentação 3 fios. Padrão NEMA.	UND	20
13	Motobomba submersa potência 1,0cv 220V diâmetro de 78mm Motobomba submersa sendo composta por bombeador para motobombas submersas diâmetro 78mm com corpo e eixo em aço inox, rotores em poliacetil e difusores em policarbonato, corpo de válvula e corpo de sucção em bronze, vazão nominal em 3,0 m³/h e contendo 18 estágios para ser utilizado em motor com diâmetro 78mm e potência igual a 1,0cv. Motor para motobombas submersas diâmetro 78mm com corpo e eixo em aço inox, refrigerado a óleo, rebobinável, vedação com selo mecânico. Potência de 1,0cv e tensão monofásica 220V 60Hz. Alimentação 3 fios. Padrão NEMA.	UND	20
14	Cano PVC rígido branco roscável DN 1 com pressão nominal de 750 kPa NBR5648	MT	600
15	Luva de ferro galvanizada DN 1	UND	90
16	Curva macho/fêmea de ferro galvanizada DN 1	UND	20
17	Niple em ferro fundido simples DN 1	UND	60
18	Abraçadeira rosca sem fim DN 1		60
19	Curva p/mangueira plástico DN 1	UND	30
20	Registro PVC rígido roscavel DN 1 NBR 14312	UND	60
21	União PVC soldável 25mm NBR 5648	UND	30
22	Quadro padrão energia 28 X 33	UND	90
23	Fita isolante 19mm X 10mts	UND	150
24	Fita auto fusão 19mm x 2mts	UND	150
25	Fita vedarósca 18mm x 25mts	UND	200
26	Niple duplo ferro galvanizado 1	UND	50
27	Valvula de retenção vertical 1	UND	30
28	Cabo PP 3 x 2,5mm	MT	3000
29	Cabo PP 3 x 1,0mm	MT	3000
30	Tubo PVC solvável 25mm	MT	1500
31	Tubo PBL PN 40 DN 50mm	UND	50
32	Tubo PVC solvável 32mm	MT	1500
33	Adesivo PVC 175g com pincel	UND	30
34	Corda poliéster 6mm	MT	2000
35	Capacitor de partida 270-324uf 127V	UND	30
36	Capacitor permanente 20uf 440V	UND	50
37	Capacitor permanente 30uf 440V	UND	50
38	Capacitor permanente 40uf 440V	UND	30
39	Eletroudo de nível tipo pendulo e bastão metálico em aço inox 303/304	UND	120
40	Rele de nível monof 220V com ajuste de sensibilidade até 100k?	UND	150
41	Rele sobrecarga 4 a 6A	UND	50
42	Rele sobrecarga 7 a 10A	UND	50
43	Rele sobrecarga 9 a 13A	UND	50
44	Rele contator 0910 220V NBR IEC 60947-4-1 3 contatos	UND	50
45	Rele contator 1810 220V NBR IEC 60947-4-1 3 contatos	UND	50
46	Rele termico 6A	UND	100
47	Rolamento 6203 2RSC3	UND	60
48	Rolamento 6903 2RSC3	UND	30
49	Rolamento 7203B esfera de plástico	UND	60
50	Selo mecanico 16mm T-11	UND	60
51	Diafragma M4	UND	20
52	Corpo sucção em noryl com fibra de vidro	UND	30
53	Mangueira polyetileno 1 x 2,00mm	MT	5000
54	Registro PVC rígido soldavel 25mm NBR 5648	UND	30
55	Registro PVC rígido soldavel 32mm NBR 5648	UND	30
56	Registro PVC rígido soldavel 50mm NBR 5648	UND	20
57	Caixa d água polietileno 3.000 litros	UND	10
58	Caixa d água polietileno 5.000 litros	UND	10

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal.

4.2.A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e conseqüentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

6.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.7.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

7.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

7.1.1.Entrega: 3 (três) dias.

7.2.Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

7.3.A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de fornecimento contínuo.

8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

8.1.Preços registrados - revisão:

8.1.1.No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente registrado o gerenciador do sistema, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando o fornecedor do compromisso assumido sem aplicação de penalidades, ou determinar a negociação.

8.1.2.Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador do sistema convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.1.3.Na ocorrência do preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

8.1.3.1.Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

8.1.3.2.Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.1.4.O realinhamento deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.1.5.Definido o valor máximo a ser pago pelo ORC, o novo preço para o respectivo item deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estará o fornecedor vinculado.

8.1.6.Não havendo êxito nas negociações, o ORC deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.Preços contratados - reajuste:

8.2.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

8.2.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.2.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.2.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: De acordo com o Fornecimento

10.0. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2. Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

12.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

12.2. A administração e os demais atos de controle da correspondente Ata de Registro de Preços, decorre do competente processo licitatório, serão realizados através do Departamento de Compras, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

12.3. Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para o respectivo item registrado nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

13.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Cachoeira dos Índios - PB, 22 de Fevereiro de 2024.


DAMIÃO ALMEIDA VICENTR

Secretario Municipal de Obras e Serviços Urbanos



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO

OBJETO: Aquisição de bombas submersas e acessórios para atender a necessidade do município de Cachoeira dos Índios.

1.0.DO TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0.DA APROVAÇÃO

2.1.Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

Termo de Referência aprovado - Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"

...

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:"

A elaboração do termo de referência, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

Cachoeira dos Índios - PB, 23 de Fevereiro de 2024.

ALLAN SEIXAS DE SOUSA
Prefeito